

Um protagonismo original

Em outubro, ocorrem as eleições municipais no Brasil: um momento importante para todos nós, que num contexto polarizado buscamos o bem comum. Entrevista com Raúl Cesar Gouveia Fernandes. Da Revista Passos n. 269 (set/out 2024)

por **Isabella Alberto (colaboração de Silvia Caironi)**

Interessados na Política como instrumento na construção de um bem no qual estou envolvido em primeira pessoa, entrevistamos o professor Raúl Cesar Gouveia Fernandes, do Centro Universitário da FEI. Aqui, levantamos algumas questões que buscam ser uma ajuda para um juízo diante das eleições que se aproximam.

Na nossa sociedade, vivemos há alguns anos momentos de constante tensão devido a uma polarização profunda e ideológica. Por que isso acontece?

É verdade que o debate sobre qualquer tema importante hoje em dia, e sobretudo sobre a política, parece estar dominado por uma grande polarização. As pessoas se exaltam e se tornam agressivas com muita facilidade, nas redes sociais e fora delas.

Por um lado, essa situação revela um interesse positivo pelo tema. De fato, a dimensão política é central na nossa vida; pode-se dizer que ela é inevitável, mesmo para os que não gostam de conversar sobre as eleições ou o governo. Porque, na verdade, a política vai muito além dessas questões: seu verdadeiro objetivo é a busca por caminhos para construir o bem comum. E isso diz respeito ao modo como trabalhamos, educamos os filhos, nos relacionamos com os outros. Assim, é sempre bom que as pessoas se informem, reflitam e participem da política. E, em princípio, não há nada de errado que as discussões sejam acaloradas. Quando um assunto é importante, é natural que gere envolvimento. Em certos casos, é impossível permanecer indiferentes e frios.

Na verdade, o problema é que a política é frequentemente reduzida a ideologia. Quando isso acontece, ou seja, quando a política passa a ser entendida apenas como palco de afirmação de ideias ou de luta pelo poder, o debate tende a ser menos rico e mais agressivo. A política é vivida ideologicamente quando acreditamos que determinados princípios, projetos ou ideias sejam capazes de explicar a vida ou resolver nossos problemas.

Para viver, o homem sempre “aposta” em algo, sempre deposita sua esperança em alguma coisa. Na falta de algo que nos ilumine por inteiro, que corresponda àquilo que verdadeiramente somos, a tendência é eleger um aspecto parcial para ocupar o posto de valor totalizante da existência. Nasce então a ideologia. Esse aspecto pode ser o dinheiro, o poder ou o sucesso; pode até mesmo ser uma ideia mais nobre, como a Liberdade ou a Justiça. Mas é sempre um fator, um aspecto da existência. Por mais que esse elemento seja importante, o fato de ele se tornar o centro da vida é uma distorção, uma forma de violência.

Não deixa de ser curioso que numa cultura como a nossa, marcadamente cética e relativista, as pessoas sejam cada vez mais radicais e até mesmo intolerantes com quem pensa diferente. Isso parece contraditório, mas não é. Ainda que estejamos imersos num contexto de grande confusão e falta de certezas, é impossível viver sem “esperar”, sem “afirmar” algo. E se um detalhe da vida adquire peso totalizante, a convivência com os que não partilham da mesma opinião é impossível. Quando perdemos o horizonte da vida na sua integralidade, quando

perdemos a consciência daquilo que nos constitui como homens, de fato fica mais difícil construir um caminho comum com os outros.

Em suma, a ideologização prevalece porque vivemos num contexto que não favorece a descoberta de nossa humanidade. A mentalidade comum tende a reduzir nosso coração a mero sentimento, “achatando” nossas exigências fundamentais (o desejo de felicidade, justiça, verdade) àquilo que o mercado oferece. Dessa forma, somos sempre mais determinados por nossas reações subjetivas e circunstanciais, que são facilmente manipuláveis. No terreno da política, essa situação nos leva a procurar respostas fáceis em *slogans*, discursos e projetos que prometem soluções mágicas para o drama da vida, sem necessidade de um verdadeiro trabalho de mudança do “eu”.

Como diz Dom Giussani, algumas das consequências práticas de abafarmos as perguntas de nosso coração são a incomunicabilidade e a solidão. Assim, tornamo-nos incapazes de viver a dimensão política, pois ela é o espaço de construção comum. Ao reduzirmos nossas exigências constitutivas, tendemos a ficar mais solitários e individualistas; tornamo-nos incapazes de compreender os outros, porque não compreendemos mais sequer a nós mesmos. E quando uma pessoa está só, busca uma “tribo” à qual pertencer. Este vazio é frequentemente preenchido pelas redes sociais, que oferecem “causas” (o mais das vezes ideológicas) às quais nos devotar, entregando uma falsa sensação de comunhão e de propósito na vida.

É possível viver a política de outra forma?

A política deve servir às pessoas, e não a ideias. Paradoxalmente, o ponto de partida da política é sempre o “eu”, e não a dimensão coletiva, por mais importante que ela seja. Como Dom Giussani nos lembrava, “as forças de mudam a história são as mesmas que mudam o coração do homem”.

Pode parecer estranho dizer que o ponto de partida para viver a política seja o “eu”. Mas é algo que vale para todas as dimensões da vida. Uma professora que não apenas transmite conteúdos acadêmicos, mas busca favorecer o florescimento da humanidade dos alunos; um médico que está atento à pessoa que tem diante de si, e não a encara como um número no prontuário; um grupo que cria uma iniciativa de reforço escolar para jovens que desejam entrar na universidade: são ações que nascem de pessoas que não desejam viver indiferentes, que levam a sério a própria vida. Tudo isso tem uma verdadeira dimensão política, colaborando para o bem comum. E é deste tipo de experiências simples que, posteriormente, brotam também os critérios para decidir o voto, por exemplo.

O essencial, na política como nos outros aspectos da vida, é a construção do sujeito. Portanto, o trabalho a ser feito é recolocar as perguntas fundamentais também diante da política: o que, de fato, desejamos? Ao quê, ou a quem, pertencemos?

É preciso, em primeiro lugar, resgatar um olhar corajoso e sincero para nossas exigências fundamentais, das quais já falamos: nosso anseio por verdade, bem, justiça, amor. São elas que nos caracterizam como homens e, por isso, abrem a possibilidade de comunhão com os outros. Essas exigências são inclusive o critério ideal para avaliarmos o mérito das propostas políticas, culturais ou sociais com as quais nos deparamos. Não se trata de trabalho fácil; ao contrário, aprender a julgar a realidade de modo mais livre e profundo requer uma educação de nós mesmos.

Por outro lado, é necessário também reconhecer que não somos autônomos, não somos capazes de manter viva a chama do coração. É evidente que o homem não se faz por si próprio: quem se julga autônomo, muitas vezes “segue” os jornalistas ou *influencers* da moda, mesmo que não se dê conta disso. Daí a segunda questão: em qual âmbito, em quais relacionamentos somos ajudados a fazer esse trabalho de olhar com autenticidade para nós mesmos? Onde somos educados?

Sem esse trabalho, o natural é sermos determinados por um aspecto da vida que ganha valor totalizante, do qual esperamos a “salvação”, ainda que inconscientemente. Ao contrário, olhar para nossos anseios fundamentais é reconhecer que a vida tem uma dimensão misteriosa, que ultrapassa qualquer projeto (seja ele político, filosófico ou moral) e nos convida a prosseguir num caminho pessoal sem fim, que sempre provoca a ir mais além: uma verdadeira “ascese”, para retomar outro termo caro a Dom Giussani. Não há fórmulas prontas. Nenhuma ideologia ou sistema político pode oferecer resposta adequada ao que somos e desejamos.

Trata-se de uma provocação pessoal para cada um de nós.

Nós, que encontramos o carisma de Comunhão e Libertação, ficamos fascinados pela intuição de que a novidade cristã tem a ver com a vida toda – inclusive com a política. Cada um de nós já experimentou que o abraço de Cristo ilumina nosso coração, tornando-o mais evidente para nós mesmos. Assim, é natural que desejemos aprender junto com a comunidade cristã um novo olhar para a dimensão política. Não se trata de alienação, desde que essa companhia ajude a fazer um trabalho verdadeiramente pessoal de juízo. Assim, o juízo comunitário acaba por ter um valor educativo fundamental, por suscitar no sujeito um movimento de busca da verdade. A hipótese que devemos verificar é se a fé de fato oferece um olhar mais abrangente, mais correspondente e mais inteligente para a vida.

E assim, apesar de todos os nossos limites, podemos até arriscar um juízo novo sobre a forma de escolher os candidatos e sobre os critérios para a construção de uma sociedade mais humana e justa. Um homem livre e consciente de si é alguém que se torna um protagonista novo e original no mundo.

Como a identidade política pode não se tornar um obstáculo, mas a oportunidade de ir ao fundo das razões que nos movem para encontrar um fator de aproximação num momento de emergência, como a das inundações no RS?

A identidade política não é um obstáculo; é uma condição. Mas é importante notar que a verdadeira identidade política nasce de experiências, e não de ideologias. As ideologias normalmente fecham dentro de “panelas”; a experiência favorece o diálogo.

Nesse sentido, é preciso estar atentos para que nossa identidade como cristãos não se torne esquemática e ideológica. Trata-se de um risco sutil, mas real. Às vezes, até mesmo cristãos “de carteirinha” dão mostras de apostar mais em certos projetos ou candidatos do que no pertencer à Igreja. Brota daí a falta de disponibilidade de aprender um juízo, o que resulta em inúmeras polêmicas e divisões, nas quais as ideias ganham mais peso que as experiências.

Por outro lado, também é comum pensarmos que a identidade política dos cristãos se resume à defesa de determinados valores. Embora essa dimensão seja relevante, ela não é a única. É evidente que há valores irrenunciáveis para nós, como a afirmação da dignidade da vida e da pessoa; mas não deixa de ser verdade também que a fé não se resume a isso. Afinal, os valores,

por si sós, não são capazes de mudar a vida, por mais verdadeiros que sejam. Basta olhar para nossa experiência pessoal para constatá-lo.

A presença cristã no mundo tem sempre a dimensão do testemunho, e Bento XVI já lembrava que a fé se comunica por atração, ou seja, pelo testemunho de uma vida transformada por Cristo. Como ensina Dom Giussani, este foi o método que Ele mesmo utilizou. Ao encontrar João e André, por exemplo, Cristo lhes dirigiu uma provocação pessoal (“O que buscais?”) e o convite a uma experiência (“Vinde e vede”). Assim, nossa identidade não nos fecha; antes, nos leva a abraçar o mundo inteiro.

Como dissemos, a experiência favorece a abertura. Exemplo disso é o que vem ocorrendo no Rio Grande do Sul. A enorme mobilização surgida como resposta aos alagamentos mostra que, diante de necessidades reais, qualquer um se sente provocado. O sofrimento dos desabrigados despertou interesse por pessoas e lugares que nem sequer conhecíamos, fazendo brotar em muitos de nós a consciência de que a vida tem uma dimensão de serviço. Numa situação como essa, fica evidente que a instrumentalização ideológica é inadequada e incapaz de responder a nossos anseios. A experiência, quando vivida com um mínimo de consciência, recoloca as coisas no seu lugar.

Neste contexto de polarização, como fazer uma experiência de partilha e diálogo com pessoas que têm posições diferentes das nossas?

É notório que o diálogo entre pessoas que pensam de forma diferente está cada vez mais difícil. Tornou-se comum que as pessoas se limitem a conversar com quem já sabem concordar de antemão; todos os demais são pejorativamente rotulados de ingênuos ou até de mal-intencionados. Assim, o debate político se empobrece.

Frente a essa situação lamentável, muito se tem dito sobre a necessidade de resgatar nossa capacidade de diálogo. Ouvimos diversos apelos à tolerância, ao respeito, às virtudes democráticas. Tudo isso é importante, mas não é o essencial. Para que o diálogo seja verdadeiro e profícuo, existem duas condições: a identidade clara dos interlocutores e sua lealdade.

Antes de mais nada, só dialoga verdadeiramente quem tem o que dizer e não se esconde. Se o diálogo não é ocasião para que todos expressem publicamente sua identidade, suas ideias, propostas e experiências, ele não leva a nada. Afirmar a própria identidade não significa desrespeitar a do outro: é antes um gesto de sinceridade, de comunicação verdadeira de si, sem subterfúgios.

Mas é evidente que está em jogo também nossa capacidade de ouvir, o que pode ser muito difícil. Essa abertura para o outro não é apenas fruto de boa vontade. A segunda característica do diálogo real é aquela lealdade que deriva da busca sincera pela verdade. Escutamos o outro porque, mesmo que não concordemos integralmente com ele, pode ser que traga algum aspecto novo do problema, que diga algo sobre o qual ainda não havíamos pensado. Esta é a “moralidade no conhecimento”: apego maior à busca da verdade do que a nossas opiniões pessoais. No âmbito político, isso é muito claro: esforçar-se unicamente por convencer o interlocutor a todo custo não é a mesma coisa que empenhar-se pacientemente na busca pela melhor solução para o problema, levando em consideração a totalidade dos fatores.

Como se vê, o diálogo nem sempre é fácil. E mais: não necessariamente leva ao consenso. Em certos casos, há discordâncias insolúveis. Sobretudo em um contexto marcado por forte preconceito contra o cristianismo, o diálogo pode ser grandemente desafiador.

Na sua experiência, enxerga um caminho que permite identificar critérios para defender a nossa origem de seres humanos relacionais interessados na construção do bem comum, por exemplo através das obras sociais em suas diferentes expressões?

O que é uma obra? Trata-se de uma iniciativa de pessoas que, livremente, procuram articular-se para atender a uma necessidade comum.

A primeira obra que somos chamados a realizar é a de ser uma presença mais humana e verdadeira em nossos ambientes de trabalho e estudo. Mas há casos – e são incontáveis – em que essa presença se organiza de modo estável, prestando serviços de forma permanente. Podem ser obras grandes ou pequenas; o que importa, porém, é que são espaços em que se propõe uma experiência de vida nova a partir das necessidades reais das pessoas.

Nesse sentido, é impressionante observar como, da história da Igreja, nasceram obras de todo tipo: os hospitais, por exemplo, são um tipo de instituição que surgiu da experiência cristã da caridade com os mais frágeis e os doentes, tradição que permanece nas Santas Casas de Misericórdia existentes em quase todas as cidades de nosso país. Pensemos também na enorme contribuição da Igreja para a educação, em diversas regiões do mundo e ao longo de séculos: no Brasil, ela foi decisiva. Iniciativas como essas são um testemunho da paixão pelo homem, da atenção por suas circunstâncias concretas de vida.

É importante notar que a obra é fonte de testemunho e diálogo, como dizíamos. Para além de ideias e discursos, ela é expressão e convite a uma experiência. Uma coisa é debater teoricamente o problema da imigração; outra, muito diferente, é partilhar com os demais uma iniciativa concreta de acolhimento aos venezuelanos que atravessam a fronteira, como fazem amigos nossos no norte do país. Esse é apenas um exemplo, entre muitos outros que poderiam ser lembrados. Como iniciativas sociais, as obras possuem uma dimensão política inegável.

Além disso, porém, elas sugerem critérios para a ação política. É muito forte hoje, especialmente no seio de certas correntes ideológicas, a ideia de que a solução para todos os problemas deve provir do Estado. Ainda que não negue a importância da atuação estatal, a tradição cristã costuma valorizar a iniciativa e a criatividade dos grupos locais na busca por soluções para problemas de uma determinada região ou grupo social.

Este é o sentido do “princípio da subsidiariedade” proposto pela Doutrina Social da Igreja. O nome parece complicado, mas significa que as políticas públicas devem garantir, proteger e estimular a participação de grupos que se organizam para, juntos, enfrentar certas demandas específicas, por meio da criação de uma creche ou de uma cooperativa para produção de alimentos, por exemplo.

Assim, se favorece um saudável pluralismo de propostas e iniciativas, nas quais a própria comunidade exerce a criatividade e o protagonismo. Reconhecer a legitimidade de uma obra assistencial não significa negar que o Estado deva se ocupar do problema; por outro lado, não é correto dizer que o Estado deve ser obrigatoriamente o único a fazê-lo. A colaboração de outros sujeitos é enriquecedora e deve sempre ser bem-vinda.

As obras nascem de pessoas que, interessadas pela vida, amadurecem uma amizade que se torna operativa e se propõe a todos. Por isso elas são um sinal, testemunham o que nos motiva e nos guia. Ao apontar para o ideal, as obras não apenas oferecem respostas aos problemas circunstanciais da vida, mas também representam uma forma de anúncio da presença de Cristo no mundo.